

O S'alpico



**Entrevista  
com o Reitor**



## “PESCADINHA DE RABO NA BOCA”

No passado dia 30 de Março, a TERTÚLIA OSSONOBENSIS teve uma conversa no Campus de Gambelas com o nosso Magnífico Reitor, Eugénio Alte da Veiga. Foi uma conversa longa e elucidativa acerca de questões universitárias que a todos nos preocupa.

Enquanto esperavamos pelo nosso entrevistado, este encontrava-se em reunião para estudar a construção de um complexo pedagógico na Penha. Já durante a conversa, soubemos que Alte da Veiga se encontra nesta instituição há cerca de cinco anos. Foi dos primeiros professores da Universidade de Aveiro e pertenceu durante quatro anos à Associação Académica de Coimbra, onde esteve ligado à Rádio.

Não queria ser reitor desta Universidade ou de qualquer outra. Para ele, ser reitor é uma maneira de estar diferente. No entanto, mostrou-se bastante receptível a qualquer tipo de proposta vinda dos estudantes desta instituição. Uma delas é que se alguém quizer ser trabalhador-estudante, têm que se dirigir directamente a ele e expôr-lhe o problema, para tudo ser regulamentado e com regras definidas. A outra é em relação a bolsas, que, afirma, só resultará através do processo inglês.

Refira-se que o nosso Magnífico Reitor afirmou que a Universidade do Algarve tem o custo por aluno bastante mais baixo da média nacional e ainda que "nós copiamos o que outras universidades fazem". Alte da Veiga vai também apresentar um plano de desenvolvimento para apresentar ao Secretário de Estado do Ensino Superior.

Mas, para quem não sabe, o Magnífico Reitor Eugénio Alte da Veiga, é uma pessoa que gosta de falar sobre ele. Fica, então, o convite à leitura desta conversa que vos trará algumas surpresas.



### ATITUDE

**Tertúlia - Como é que surgiu a oportunidade de ser Reitor da Universidade do Algarve?**

Reitor - Bom. A oportunidade, como toda a gente sabe, foi que faleceu o antigo reitor - o Professor Montalvão Marques - de quem eu era vice-reitor. Não imaginava que ia ser reitor. Não estava nos meus planos. Prefiro a investigação e ser professor. Mas, enfim, fui instado por vários colegas, bastantes, docentes e não docentes.

**T. - Mas não está arrependido ?**

R. - Não, não estou. É uma atitude. Uma maneira de estar diferente e também é aliciante. Tenho contribuído de uma forma mais próxima para o desenvolvimento da Universidade.

**T. - Quanto às instituições públicas (ensino). O que pensa da igualdade destas por parte do ensino privado?**

R. - Acho que são úteis. São boas, porque o ensino público não consegue dar resposta a todos. Simplesmente, acho muito caro para os pais suportarem esse tipo de ensino. É muito caro.

**T. - Mas em termos de igualdade de qualidade?**

R. - Nalguns casos, as privadas até são melhores. Não quero enumerá--las todas, porque nem as conheço bem. Não posso dizer exactamente como é que são, porque não as conheço profundamente a ponto de lhe dizer isso, com toda a franqueza. Mas sei, por exemplo, que há uma que é de excelente qualidade, que é a Universidade Católica Portuguesa. Essa Universidade é uma Universidade que não é propriamente para fins lucrativos. E, portanto, todo

o seu potencial económico é aproveitado para a qualidade de ensino.

As outras associações em geral, têm alguns fins lucrativos e são baseados em professores, nalguns deles de grande qualidade, mas muitas vezes são como um segundo emprego. Portanto, podem à partida, potencialmente não serem melhores, mas nalguns dos casos até são.

**T. - Mas são muitos os que se queixam que a maioria dos cursos do ensino privado, passam à frente dos da pública. Acha que é justo ?**

R. - Acho que depende do conhecimento que se tem; de quem são os professores de determinados cursos. Em termos de emprego do estado é indiferente. Habitualmente, há regras muito limitadas e muito rígidas para se contratar as pessoas. Têm que ser ordenadas por notas. Quer dizer, não se vai analisar quem foram os professores das disciplinas.

Agora, em termos de emprego privado, isso é normal, que eles procurem saber qual é a base do ensino que está por trás.

**T. - Recordando, agora, a lei n.º26/81 disposta no Art.º12, relativamente ao Estatuto Trabalhador-Estudante, diz o seguinte:**

**"O Governo deverá promover a criação de um organismo ou serviço ao qual, na área da educação, competirá o tratamento das questões específicas dos Trabalhadores-Estudantes".**

**No entanto, nenhum Governo desde 1981 regulamentou ou criou o referido organismo. No seu entender, porque é que o Governo nunca se debruçou sobre esse assunto ?**

R. - Bom, efectivamente, eu não sei porque é que não se debruçou. É um assunto para mim complexo, porque é muito difícil estabelecer regras para um Trabalhador Estudante na Universidade. Porque é o mesmo caso para os Dirigentes Associativos é o mesmo caso para os militares. Para os militares e D. A. é um bocadinho melhor é um bocadinho mais simples. Os D. A. são alunos da casa. São alunos para todos os efeitos, porque é preciso dar-lhes algumas facilidades devido ao seu carácter associativo. Para os militares, eles estão ausentes durante um certo tempo e depois vêm fazer exames de tempos a tempos, segundo determinadas regras.

O Trabalhador-Estudante não tem esse Estatuto. É um Estatuto diferente. Ao Trabalhador-Estudante, no fundo, deve-lhe ser dado oportunidade de fazer exames em determinadas épocas. Deve-lhe ser dado oportunidade de estar mais tempo na Universidade. O que era importante no Estatuto bem definido para o Estudante-Trabalhador, era que se dissesse por exemplo, um curso que leva cinco anos o Trabalhador-Estudante teria que o fazer em dez. O dez seria o período normal e não deveria, para esse fim, matricular-se mais do que a umas tantas disciplinas. Porque se o Trabalhador-Estudante se matricula em todas as disciplinas de um ano, faz metade. Ao matricular-se está a tirar o lugar a alguém. Portanto, deveria estar regulamentado de tal maneira que, se eles queriam estar cá mais tempo, não se deveriam matricular nas cadeiras todas. E isso não está regulamentado.

**T. - É contra a ideia Trabalhador-Estudante ?**

R. - Não, não sou. Eu fui Trabalhador-Estudante, não posso ser contra. Tirei o curso estudando, a trabalhar.

**T. - Mas, em algumas Universidades do país, os Serviços Sociais estão a ter uma iniciativa louvável em relação aos estudantes mais carenciados, em regime de tempo parcial. Por exemplo, a Universidade do Minho abrange cerca de 130 alunos. Qual a posição da Universidade do Algarve ?**

R. - Aqui, nunca ninguém me pôs o problema, a mim directamente. Se há alguém que esteja nessas condições, eu não tenho conhecimento directo.

**T. - E se lhe pusessem essa questão ?**

R. - Se me pusessem essa questão, estudaria o problema e estaria perfeitamente aberto. Mas tenho que estabelecer regras para esse fim. Enfim, se ele é trabalhador, por si, já tem menos apoio social. A questão S.S./ Trabalhador-Estudante é muito rara. Porque se é trabalhador, não tem apoio social. Agora, há estudantes que são trabalhadores - e eu fui o caso, era casado e já tinha dois filhos. Tive que trabalhar, pois não havia apoio social que me chegasse. Isso era evidente. Ao ser trabalhador perdi o direito ao apoio social. Bom, naquele tempo o apoio social

era quase nulo.

Portanto, estou extremamente sensível a isso, mas com regras bem definidas. Porque há sempre a tendência para se abusar das situações. E acho que quando se dá um subsídio, tem que se ter o cuidado de não se deixar abusar das situações.

**T. - Mas há casos em que isso aconteceu ?**

R. - Não. Não tenho conhecimento.

**T. - Falemos, agora, sobre a pedagogia universitária. Os estudantes têm medo de reagir contra injustiças de que são alvo, com medo de retaliações. Há até quem lhe chame a instituição do medo. Não haverá aqui uma certa subalternização, individualismo por parte dos professores ?**

R. - Eu não sei exactamente o que é que chama individualismo, mas quer dizer mais autoritarismo. O autoritarismo era quase normal aqui há alguns anos. O professor Catedrático era uma pessoa distante, com o qual o aluno tinha pouco contacto. Era impensável passar a vida a interrompê-lo, achava-se que todo o tempo dele era pouco. Pelo menos, a sensação que eu tinha perante um professor, sobretudo os professores Catedráticos, os grandes professores, aqueles velhos professores, como eu tive vários... e autoritários.

Hoje em dia, a situação é completamente diferente, felizmente. Eu fui dos primeiros professores da Universidade de Aveiro, dos primeiros mesmo. A Universidade de Aveiro foi criada em Dezembro de 1963 e eu entrei em Abril de 74 para docente. E tivemos um cuidado; foi que desde logo da origem - e não teve nada a ver com o 25 de Abril - nós começamos a ter essa atitude; a partir do princípio de Abril. Por acaso o Abril de 64. Não teve nada a ver com o acto de aspecto revolucionário. Foi uma atitude natural. Foi nós termos um tipo de comportamento completamente diferente perante os alunos. Um comportamento de que todos estamos em conjunto para formar um determinado tipo de alunos. Portanto, quem é que tem que participar? São os professores que ensinam, ou têm que ser os alunos que têm que contribuir com a sua aprendizagem? Acho que isso foi extraordinariamente bem sucedido. A tal ponto que, em cerca de 5 anos passamos o curso para o topo dos cursos solicitados pelas indústrias, pelo meio empresarial. Numa atitude completamente diferente da atitude do professor autoritário. Claro que não desaparecem os professores autoritários de um dia para o outro, infelizmente.



## O CASO DO ALUNO(S)

**T. - Porque é que acha que há este medo por parte dos alunos ?**

R. - O medo, às vezes, é injustificado.

**T. - Porquê ?**

R. - É injustificado, porque têm medo de professores que não usam autoritarismo. E não usam a situação do aluno ser, por exemplo, indelicado para o professor e o professor imediatamente prejudicar o aluno. Isso existe muito pouco. Eu tenho falado com vários professores. Eu tive duas ou três situações em vinte e tal anos de carreira docente e estou perfeitamente à vontade para dizer isto. Não tive problemas, praticamente. Mas tive dois ou três casos e efectivamente um dos alunos foi extremamente malcriado. Nem por isso, eu deixei de ter exactamente o mesmo comportamento. Também são dois casos entre centenas deles ou milhares deles. Portanto, a mim não tem influência.

Há professores mais sensíveis e os alunos não sabem qual é a susceptibilidade do professor. Portanto, à partida têm medo. Assim como qualquer funcionário tem medo do seu superior hierárquico, porque quer ser promovido. Provavelmente não há razão nenhuma para ter medo, mas tem-no. No fundo não é um medo é um receio e é muito difícil lutar contra isso. Porque, infelizmente, há abusos de superiores hierárquicos e abusos de professores, que fazem com que ainda permaneça este bocadinho de medo. Mas eu acho que cada vez mais está a

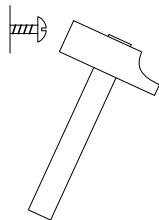
desaparecer. Pelo menos, entre os professores que me rodeiam e com quem eu contacto. É praticamente inexistente essa posição por parte dos professores.

**T. - E a elevada percentagem da reprovação não será uma espécie de causa-efeito (injustiça-medo) ?**

R. - Não. A minha interpretação para isso é uma má preparação com que os alunos vêm do ensino secundário. A má preparação é devido a vários factores. Não quer dizer que os professores do ensino secundário sejam maus, não é isso. É uma sucessão de pequenos problemas. Sabe que a seguir a essas situações revolucionárias, como seja o 25 de Abril, há uma perda de autoridade. É lógico, isto é natural, acontece com todas as revoluções, e ainda bem. Que eu não estou contra a revolução, não é isso. Apanhou uma dada população jovem que vem mal preparada, porque houve maiores liberdades; não houve tantos cuidados; houve dúvidas dos pais; houve dúvidas dos professores; enfim, houve um bocadinho de desordem no meio disto tudo. Essa desordem provocou uma má preparação que se está a sentir e que eu penso que depois se vem a recuperar.

Eu acho que é fundamental haver uma preparação e nós temos que assumir uma atitude menos portuguesa neste aspecto. Aquele hábito português de deixar passar as coisas, deixar fazer as coisas. Nós temos que assumir uma atitude mais profissional a todos os níveis. Desde pequeno, vai--se para a escola e, porque não, uma pessoa encarar a escola como deve ser. Use-se e abuse-se agora, da mania de coitadinhos dos meninos que podem ser traumatizados. Mas traumatizados porquê? Eu tive um tipo de ensino que seria altamente traumatizante para os jovens de agora. Eu não me sinto traumatizado. É uma questão de se ensinar, de se saber ensinar e saber fazer compreender que os jovens têm que ser ensinados. Ensinados em matérias científicas, matérias pedagógicas, em cultura geral que é o pior que se passa agora, é a falta de cultura..

## AQUÉM



**T. - O que é certo é que são poucos os que fazem valer os seus direitos - protestando, como aconteceu no já esquecido Maio de 68 - pois acabam por ficar queimados aos olhos dos professores e/ou da instituição.**

**Sendo assim, eu pergunto, se os estudantes não tomam posições de força agora, como o farão durante a vida profissional ?**

R. - Os estudantes ao assumir uma atitude de força, devem-na assumir...

**T. - Refiro em termos de fazer valer os seus direitos.**

R. - Eu estou a perceber. Força é isso, não iliba ninguém. Fazer valer os seus direitos, acho que sim. Eu tenho dito sempre isso, mas devem-no fazer honestamente. Portanto, devem exigir aquilo que é exigível e não exigir aquilo que é utópico. Exigir uma qualidade de ensino, acho que devem exigir. A Universidade nem sempre pode dar qualidade de ensino, porque não tem condições para o fazer. Eles, ao exigirem, não estão a exigir à Universidade. Não são os estudantes da Universidade do Algarve que estão a exigir à Universidade qualidade de ensino.

A Universidade do Algarve, dentro dos seus limites, pode dar uma certa qualidade de ensino. A partir daí não pode, não tem capacidade nem financeira, que limita os docentes, que limita a qualidade dos laboratórios. Não pode além de um certo limite. Se foi atribuída à Universidade do Algarve ter tantos alunos, deve ser atribuída à Universidade do Algarve ter a capacidade financeira para dar qualidade de ensino a esses alunos. Isso é que nem sempre acontece. Aliás, não aconteceu com nenhuma Universidade. Digamos que o suporte financeiro do Estado está sempre aquém. Às vezes não é muito aquém. É ligeiramente aquém das necessidades da Universidade, mas esse ligeiramente afecta muitas vezes a qualidade de ensino. Portanto, acho que devem exigir. Estou perfeitamente de acordo.

**T. - Dentro ainda do que estamos a falar, qual a sua opinião acerca da falta de intervencionismo e interesse, por questões associativas, revelado pela maioria dos estudantes desta Universidade ? E que, realmente, não se vê nada.**

R. - Eu tenho conhecimento, não ando a tentar saber. Aliás, se não soubesse, provavelmente até tentaria saber. Mas tomo naturalmente conhecimento, por exemplo, que são abertas eleições para Corpos dos Dirigentes Associativos e não aparecem listas. Isto é ausência de sentido de associativismo. Por outro lado, os estudantes não se entendem por qualquer motivo, não se entendem - pronto - formam uma nova associação. Daqui a nada, temos aí dúzias de associações. Isto não é associativismo, isto é...

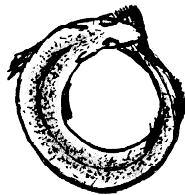
**T. - Estou a notar aí uma certa crítica, ao facto de ter surgido mais uma associação (AEUCEH).**

R. - Isto é uma crítica objectiva. Acho que a partir de várias associações aqui, não dá unidade. Eu pertenci à Associação Académica de Coimbra. Trabalhei na Associação Académica, participei intensamente na Associação Académica até numa área interessante que foi a Rádio. Que era a Rádio Universidade, que na altura - antes do 25 de Abril - era terrível, debaixo até de uma certa pressão. Interessante até. Até que gostei, francamente. E o associativismo era de uma unidade, uma coisa formidável. E agora não.

**T. - Já havia espírito académico ?**

R. - Havia espírito académico. Agora não vejo. As pessoas entendem que têm que juntar as associações, para discutir os assuntos com as várias associações. Uma puxam para um lado, outras puxam para outro. Eu acho que para haver uma força da academia da Universidade do Algarve perante o Ministério, nós deveríamos estar mais unidos. Qualquer que seja o modelo, mas adoptem um modelo. Não continuem como estão, senão não chegamos a lado nenhum.

## PEIXEIRADA



**T. - Mas porque é que será que os alunos não se interessam, o que é que acha ?**

R. - Eu acho que isto é a chamada pescadinha de rabo na boca. Não se interessam, porque as associações não respondem aos anseios. E como não respondem aos anseios, as associações não se conseguem desenvolver, porque os outros não se interessam por elas. Não se interessam não correspondem, não correspondem não se interessam. Até que tem que haver alguém que tome uma atitude. Uma atitude mais drástica, mais corajosa entre o corpo estudantil e quebre esta cadeia.



## PROPINAS

**T. - Um tema sempre polémico é a questão das propinas. Eu pergunto, onde é que pára o dinheiro das propinas ?**

R. - O dinheiro das propinas é canalizado para aquilo a que ele é mandado, exactamente. Na primeira Lei, que era a lei 20 de 82, se não estou em erro - dizia que era para o apoio social. E foi para o apoio social. Vai direitinho para uma residência, integralmente, sem deslizar um tostão.

**T. - O dinheiro todo ?**

R. - Todo integral das propinas. Das propinas até 92/93. Quando saiu a Lei 5 de 94, que é a segunda Lei, diz que é para melhoria da qualidade de ensino. Então, cerca de metade foi para laboratórios de apoio directo aos estudantes. Directo. Foi e já estão adquiridos equipamentos; já estão montados. Claro que isto leva muito tempo. Há concursos que se abrem e depois têm que se fechar, porque as empresas reclamam e isto á terrível. Agora temos um Código de

Procedimento Administrativo e as empresas descobrem no código qualquer coisa a que nós não estamos habituados. Reclamam e nós temos que ceder. Isso vai propagando-se no tempo, que é terrível.

**T. - Em declarações feitas à Forum Estudante ( Edição 96), disse que foram cerca de 35 mil para apoio informático.**

R. - Cerca de 35 mil contos. Exactamente.

**T. - Mas os estudantes queixam-se, que não vêm esses computadores e que a maior parte deles estão na E.S.E..**

R. - Pois não vêm. E não, não estão na E.S.E.. Vão ser feitas duas salas. Uma sala já está preparada - é a sala J7 - se não estou em erro. Os alunos vão ter acesso à rede de cálculo. Vão ter a possibilidade de experimentar o que quiserem.

**T. - Quer dizer, ainda não têm acesso, porque ainda não houve tempo ?**

R. - Não houve tempo, porque houve necessidade de abrir novos concursos. Vai ser uma sala aqui e outra sala na Penha.

**T. - O facto dos alunos pagarem propinas mais caras, teve alguma repercussão nos investimentos feitos ?**

R. - Não. Parte do investimento, sem ser investimentos de funcionamento, incluindo o funcionamento mais vencimentos é da ordem dos 2 milhões e 800 mil contos. O que é que significa 70 mil contos?

**T. - Então é da mesma opinião de que as propinas, por mais elevadas que sejam, representam sempre uma fração muito pequena nos custos das escolas superiores ?**

R. - Muito pequenina no investimento universitário.

## TENDE PARA ZERO



**T. - Considero que há um contrasenso em relação à Lei das propinas. Senão vejamos, a Constituição diz que o ensino deve ser tendencialmente gratuito. Logo, o aumento das propinas vai em contra no que diz na Constituição. Porquê ?**

R. - Eu não falo em Constituição. Não vale a pena, porque há tanta coisa inconstitucional. O Tribunal Constitucional muitas vezes toma decisões, e eu tenho reparado algumas vezes, que não são verdadeiramente constitucionais. De tal maneira que, eu não sei se julgo que são 13 membros - que há sete a favor e seis contra - ganha por sete-seis. Portanto, podia ter perdido por sete-seis e o Tribunal ter declarado anticonstitucional. Mas declarou, por uma diferença de um voto, constitucional. Portanto, é muito difícil.

**T. - Mas que vai contra a Constituição vai. Porquê ?**

R. - Eu não tenho formação jurídica para dizer se vai ou não vai contra a Constituição. O que é isso de tendencialmente gratuito? Um leigo como eu em jurisdição, e como é você também, a ser tendencialmente gratuito é que tende para zero. Isto para mim é óbvio. Agora, isto é a minha interpretação pura e simples da Constituição - é essa.

**T. - E a sua opinião ?**

R. - Acho que deveria haver propinas. E uma propina igual para toda a gente. Este problema da redução e isenção não deveria ser. Eu não concordo com o processo do apoio social aos estudantes como ele está a ser feito, que é injusto.

**T. - Como assim ?**

R. - Porque há uns que recebem, porque precisam. E há outros que recebem e não precisam nada. Simplesmente, como é feita com base nas declarações do IRS... Nós sabemos por fora que não precisam, mas não conseguimos provar. E há alunos que precisam e não conseguem receber, porque o pai trabalha por conta de outrém e no IRS vem lá tudo escarrapachado.

**T. - Como é que faria, como é que mudaria ?**

R. - O processo inglês.

**T. - Explique-se.**

R. - Aqui na Universidade pagavam todos. Mas uma propina mais baixa, uma propina média. Eu acho que haver um pagamento é útil, porque o aluno pagando também pode exigir mais. Não está dependente do Governo para se dizer "eu estou na Universidade", porque o Governo garante o ensino superior. Não. Eu contribuo para esse ensino superior do meu bolso, ou do bolso dos pais. Acho útil. Acho vantajoso que se pague uma coisa acima do simbólico. Não é só simbólico. Digo, francamente acima do simbólico, para todos.

O apoio social deveria vir das autarquias que, quase sempre, sabem ou conhecem a situação financeira dos que pertencem concluir a bolsa. Há aqui muito estudante que, se viesse o apoio das autarquias, não receberiam um tostão de bolsa. E estão a receber mais de 15 ou mais de 20 contos por mês. Não é justo. Em detrimento de outros que, pelo contrário, não conseguem ter bolsa porque no IRS diz lá tudo.

**T. - António Brotas (ex-candidato a Reitor da Universidade Técnica de Lisboa) afirmou que o elevado custo das universidades públicas, não é devido às aulas, mas às investigações que fazem ? Concorda com esta afirmação ?**

R. - Neste momento já não é verdade, porque a investigação - lamentavelmente - foi praticamente separada do orçamento da Universidade. É certo que ao pagar-se a um professor que tenha uma média de oito horas por semana de aulas, é uma média aceitável, embora possa parecer a um leigo muito pouco - que não é. Porque um professor universitário tem as oito, nove horas de aulas por semana. Têm outro tanto, ou duas vezes isso, para preparar as aulas, se as quiser preparar convenientemente. Tem o atendimento aos alunos e tem que investigar. Tem que participar na investigação, porque se não participa, não se actualiza. E a qualidade de ensino passa a diminuir. Portanto, a investigação é uma obrigação do docente universitário. Quando uma Universidade paga a um docente para investigar - é obrigação da Universidade, efectivamente. Está correcto pagar a um docente para investigar.

Eu penso que o Professor António Brotas não falava nisso. Falava na investigação propriamente dita. Ora, nós temos os laboratórios de investigação. Estão a ser todos financiados pelos programas que não são do orçamento da Universidade. São programas da CEE. Claro que isso um dia acaba e vem dinheiro do Governo.

**T. - Daí que o Prof. António Brotas dizia que era necessário muito dinheiro, em termos de investigação, do que em aulas.**

R. - Não. Por exemplo, nesta Universidade nem pensar nisso. Talvez haja Universidades onde, eventualmente, isso aconteça. Agora, nesta não. Nesta, se nós tivéssemos 2 milhões e 800 mil contos em investigação, considerava-nos riquíssimos. Nem metade disso temos.

**T. - Acha que esta Universidade devia lutar mais para a investigação, ou não ?**

R. - Tem que virar-se, mais para a investigação. Cada vez mais.

**T. - Mas está-se a fazer alguma coisa para isso ?**

R. - Está-se a fazer um esforço muito grande. Muito grande mesmo e com um certo sucesso. Nalguns sectores melhor do que noutros.

**T. - Não quer dar um exemplo ?**

R. - Não estou a depreciar os outros. Mas, por exemplo, há - e até por serem mais antigos - a Tecnologia dos Recursos Aquáticos e a Tecnologia das Agrárias estão bastante à frente, porque são mais antigas na instituição. E tiveram agora um apoio do PRAXIS XXI. Tiveram primeiro do programa CIÊNCIA e do PRAXIS XXI, um apoio muito grande. Um apoio na ordem dos centenas de milhares de contos.

**T. - Começamos a ver alguns rendimentos a partir de quando ?**

R. - Não é bem visível, mas já se começou. As Tecnologias Agrárias têm o Horto; têm as estufas; têm os laboratórios de investigação na parte da genética, na parte de melhoramento de plantas. Tanto que está ali muito dinheiro. Não se vê. Às vezes, a gente olha para um prédio e não imagina que ele custa 50 mil contos. É a mesma coisa que olhar para uma carta em cima da secretária.

Há a UCTRA que fez o CCMAR. Custou muito dinheiro e é o centro de ciências do mar, que é no Ramalhete a Sul do Aeroporto. É notável o que lá foi feito, a tal ponto que os estrangeiros já querem utilizar as instalações para fazerem rigorosas investigações - e está numa Universidade. A Universidade tem que investigar. Tem que ensinar coisas actuais, não é cristalizar. Quanto mais dinheiro se aplicar em investigação, mais qualidade tem a Universidade. Claro que tem um limite.

## ABAIXO DAS NECESSIDADES



**T. - Na questão dos problemas financeiros, a solução está onde ? Só na gestão e no planeamento da Universidade ?**

R. - Nós estamos abaixo das necessidades. Nós tivemos 2 milhões e 800 mil contos e deveríamos ter tido 3 milhões e 100 mil.

**T. - E porque é que acha que isso aconteceu ?**

R. - Porque nós temos um corpo docente e de funcionários ainda no início de carreira. Muitos. E a média de vencimentos é muito baixa.

E a parte de funcionamento é sempre proporcional à média de vencimentos. Portanto, quer nós tenhamos muitos professores em início de carreira, quer seja professores mais à frente, o funcionamento custa o mesmo. Mas, para nós, dão-nos menos dinheiro por ser proporcional aos vencimentos. Estamos a ser muito prejudicados na parte de funcionamento e isso acarreta grandes dificuldades. Por outro lado - e a maior dificuldade é isto - é que nós para funcionar não podemos deixar muito dinheiro para a parte capital, para desenvolver. Temos pouco dinheiro de capital e deixamos o grosso para funcionar, que isto tem que funcionar.

Se tivéssemos muito mais dinheiro, juntaríamos um bocadinho mais ao dinheiro de funcionamento, mas muitíssimo mais ao de capital. Melhoravamos alguma parte da investigação. Melhoravamos, sobretudo, a parte de ensino. Uma coisa pega na outra.

**T. - Não posso deixar de referir mais uma vez António Brotas, quando diz que acha oportuno que se comece a reivindicar para os diplomados do ensino superior (na contagem do tempo de serviço para efeitos de reforma) a duração dos cursos. Considero uma teoria curiosa. Como se pronuncia em relação a este comentário ?**

R. - Nunca pensei nisso, mas acho injusto. Porque quando um aluno acaba o seu curso e vai para o mercado de trabalho - para os empregos privados - isso não conta. Conta a partir do momento em que começa a trabalhar, que começa a produzir.

**T. - Isto é apenas uma ideia, uma teoria do Professor António Brotas.**

R. - Não estou de acordo, porque acho que no sector privado só conta a partir do momento em que produz. E ele também só produz a partir do momento em que é licenciado ou tem bacharelato e começa a trabalhar na função pública.

**T. - A biblioteca é outro problema com que os alunos se deparam. Practicamente não há livros e, os poucos que há, não podem sair da biblioteca. O que é que é preciso fazer ?**

R. - Não há sítio para os pôr. A biblioteca é mínima. Olhe, digo-lhe o seguinte, o PRODEP de qualidade... e eu acrescento, o PRODEP são os planos de desenvolvimento, tem colaborado em equipar laboratórios de ensino - para ensino só. As construções tiveram a participação do PRODEP. Parte nacional e parte PRODEP, que dependem do programa europeu.

Veio o PRODEP de qualidade e eu sugeri, e foi feito pelo PRODEP de qualidade, que uma percentagem muito grande fosse para bibliotecas. Portanto, estão a ser adquiridos neste momento, grandes quantidades de livros.

Em projectos e na participação de docentes em acções de formação, em acções de investigação ou prestação de serviços ao exterior - a Universidade retém 15% do valor dessa prestação de serviços ou desses projectos. Um dos 5% é exclusivamente para bibliotecas. Portanto, um terço daquilo que eu retiro vai directamente para bibliotecas. Mas vai-se pôr o

problema a seguir, onde é que se vão colocar os livros? Está, neste momento, a ser estudada a construção de um complexo pedagógico na Penha, com uma biblioteca. Terminou já o projecto para a construção de uma biblioteca aqui em Gambelas. Agora só depende do Governo dar o dinheiro para a construção de bibliotecas.

**T. - É que a biblioteca de Gambelas já está muito pequena.**

R. - Aqui (Gambelas), será uma grande biblioteca. Não é uma coisa com a mania das grandezas é uma biblioteca como deve ser, prevendo que vá dar cobertura aos alunos previstos para este Campus.

**T. - Está-se a tratar disso ?**

R. - Está em curso mesmo.

**T. - Em entrevista ao extinto Levante (30 Junho,94) acerca das novas instalações do Campus de Gambelas, afirmou que as obras foram adjudicadas por dois construtores. Porquê dois ?**

R. - É aberto um concurso público e o que oferecer melhores condições é o que ganha. Não há nada a fazer. É o mais baixo preço, tem que se adjudicar a esse. Não há nada a fazer e é lógico, desde que garanta a mesma qualidade e o mesmo acabamento é evidente.

**T. - Falou, também, em duas fases de funcionamento das obras. Fale-me sobre elas.**

R. - As fases de funcionamento são: inicialmente temos a construção que, muitas vezes no mesmo edifício, é adjudicado a duas empresas. A primeira é como aconteceu aqui com o complexo de anfiteatros, que ficou aquilo no tosco, em cimento, que é a primeira fase. É a fase de infraestruturas. Quando acaba, a obra é entregue e temos que adjudicar a segunda fase - quando é a dois construtores. Com dois construtores, há um aumento de ter que começar com a construção, que é o primeiro a entregar a obra completa, aceitar-se a obra, por já estar em condições e, então, fazer-se o concurso para a segunda obra. Portanto, há ali meses de intervalo em que a obra está parada, que foi o que aconteceu, quando não temos dinheiro para a obra numa acentada. Como o Governo não nos deu dinheiro para uma acentada, tivemos que adjudicar primeiro a primeira parte e depois a segunda fase - que são os chamados acabamentos. Há certos edifícios em que a construção é feita na mesma empresa. A construção é de rajada e poupam-se meses na construção.

**T. - Ainda sobre os edifícios. Vejamos, mais uma vez, os da UCTA e os da UCTRA, aqui os progressos são quase nulos. Fonte segura disse-nos que não estará pronto nem daqui a quatro anos. Como pensa solucionar o problema ?**

R. - O da Horto não está aprovado pelo Ministério, sequer. Portanto, nem se pode abrir concurso, nem está autorizado a abrir concursos para a construção. Propôs-se, de todas as vezes que há propostas de programação para construções ao Ministério e ele não permite a construção da Horto.

**T. - Porquê ?**

R. - Porque houve, talvez, um erro no planeamento. E esse planeamento vai ser modificado para corrigir esse erro.

**T. - Quem faz o planeamento ?**

R. - O planeamento... houve um erro, mas um erro que ninguém se enganou. O erro foi... nem foi uma má visão, como é que se chama? Na altura parecia que era boa, esta situação. Mas agora, chegou-se à conclusão que, alguns anos depois, é um erro.

As Tecnologias Agrárias têm menos de 400 alunos. Ora, se nós chegarmos à conclusão que podemos ter pouco mais de 10m<sup>2</sup> por aluno, nós chegamos à conclusão que 5000m<sup>2</sup> de área coberta seria suficiente. Ora, aquele edifício tem mais de 10.000m<sup>2</sup>. Portanto, o Ministério faz essas contas, pura e simplesmente e diz: "não permitimos construir o edifício, porque não há alunos que o justifiquem". Qual é o planeamento que vamos fazer? Propôr uma utilização diferente para aquele edifício, em que a Horto está incluída, mas estão incluídas outras coisas. É isso que vai ser feito este ano.

**T. - Como é que se encontra a Universidade do Algarve em relação a docentes ? Há docentes que chegue para todos ?**

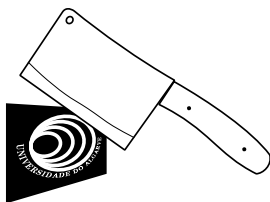
R. - Não, não há, pelo que nós teríamos direito a uns tantos números de docentes. Não temos dinheiro para pagar a todos. Porque para pagar a todos há uma Lei que nos diz que, se nós tivermos mais de 80% do nosso orçamento em vencimentos - e se houver falha de docentes entre aqueles que temos e aqueles que podemos oficialmente contratar - nós só podemos contratar 40% dessa diferença, se gastarmos mais de 80%. Como gastamos mais de 80%, não podemos contratar mais de 40%. Se, por outro lado, pusessemos menos dinheiro nos vencimentos, de maneira a baixar para menos de 80%, não tínhamos dinheiro para os contratar... E a situação é essa.

Apresentámos o problema ao Secretário de Estado ao Ensino Superior (antigo) que mostrou uma grande abertura para corrigir esta anomalia que existe em todas as Universidades e uma delas é a do Algarve. A Universidade do Algarve é a Universidade que tem o custo, por aluno, mais baixo. Bastante abaixo da média nacional - é o mais baixo de todos.

**T. - O professor Tavares (Química Aplicada) é outro problema para os estudantes. Ninguém está satisfeito com ele. Foi proposto que levassem o caso à reitoria. Pronuncie-se.**

R. - As unidades orgânicas têm autonomia científica, pedagógica e administrativa. Financeira não exercem, mas tem-na. As unidades devem resolver os seus problemas. Só quando há problemas graves e de disciplina é que devem subir à reitoria. Enquanto não chegar problemas graves dessa ordem, eu não me intrometo no funcionamento das unidades.

## O IMPORTANTE É DIVIDIR



**T. - Sei que está a pensar numa reestruturação da Universidade, visando um maior rendimento. Elucide-nos, dando a sua ideia.**

R. - Um dos motivos é que nós temos sete unidades orgânicas, que têm estrutura administrativa de faculdade. Não faz qualquer sentido nós termos uma faculdade com 350 alunos, uma faculdade com 500, uma faculdade com 600 e tal alunos. Porque a estrutura administrativa, o pessoal administrativo, toda a estrutura, para garantir o funcionamento de uma dessas faculdades é idêntica à de uma faculdade grande. Porque o trabalho administrativo é o mesmo, o relatório de execução financeira é o mesmo - é tudo o mesmo. Portanto, temos que diminuir a quantidade de faculdades. Eu chamo-lhe faculdades, não quer dizer que lhe dê o nome de faculdades, é só uma questão de elucidar.

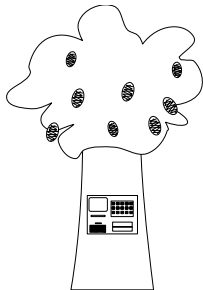
Portanto, a minha proposta é ter duas faculdades e duas unidades orgânicas desse tipo: uma Universitária e uma Politécnica. Isto, aparentemente, parece dividir a Universidade do Politécnico. Mas não. Não é dividido pelo seguinte, porque nós podemos atribuir à faculdade - continuo a chamar-lhe assim - Universitária, Campus de Gambelas, dividida em departamentos ou escolas, como entendessem. Porque o sector universitário difere bastante do sector politécnico em três coisas essenciais, que é: o tipo de funcionamento que vem do Ministério é diferente. As regras de autonomia são diferentes, os estatutos das respectivas carreiras docentes são diferentes. Portanto, juntar tudo no mesmo bolo é muito difícil. Enquanto não há modificações vindas de cima, vindas do Governo, vindas da Assembleia da República que alterem estatutos, que alterem normas de financiamento, que alterem qualquer coisa, não é fácil encaixar dois tipos de ensino com estas diferenças tão grandes. De maneira que, a minha ideia é ter duas faculdades. Então, uma delas teria 3 mil e tal alunos e a outra outros 3 mil e tal. Já é uma dimensão aceitável para uma estrutura com uma dimensão duma faculdade.

Outra vantagem grande é eu ter estatutariamente, parar no estatuto a nível da faculdade e a maneira como ela se divide e funciona, ao ser dentro do regulamento da própria faculdade. Isso é muito mais maleável. O aparecimento de mais um departamento ou menos um departamento, mais escola, menos escola, não afecta os estatutos. Não afecta a representatividade nos órgãos

de gestão, que são o Senado e a Assembleia da Universidade. Torna-se muito mais fácil e muito mais dinâmico uma Universidade assim. E depois, claro, tem toda a vantagem do melhor aproveitamento de recursos humanos.

**T. - Essa reestruturação que está a pensar, será a médio-prazo ou curto-prazo ?**

R. - Para mim era a curto-prazo, mas não é possível. Digamos, a médio-prazo. Se fosse possível a menos de um ano, seria excelente. Mas enfim, é difícil. Há muito coisa a resolver para isso.



## **CAIXA MULTIBANCO EM GAMBELAS**

**T. - E o que me diz, à criação de uma caixa multibanco no Campus de Gambelas ?**

R. - Acho muito bem. Acho indispensável. Já há uma na Penha e está-se a prever que vai ser instalada em Gambelas. Já há contactos com bancos para isso.

**T. - Fugindo um pouco à conversa, diga-me, porque é que fala tanto na Universidade do Minho ? Acha-a como um modelo a seguir ?**

R. - Só em alguns aspectos - na estrutura matricial que tem. Eu estou a seguir, também nalguns aspectos, para a estrutura - que é ter o sector universitário com departamentos, que é o que gostam mais; o sector politécnico com escolas, porque gostam mais por causa dos nomes das escolas que existem noutros institutos politécnicos. E depois ter projectos, que são projectos pedagógicos - são cursos - em que vai buscar recursos humanos e materiais aos diversos departamentos ou escolas. Isto é uma maneira de se, por um lado, divide um sector universitário e um sector politécnico fisicamente e humanamente, por outro, em questões de objectivos vou juntar as duas coisas. E o Minho é isso que faz e está a dar muito bons resultados. De maneira que, quando há uma coisa que dá bons resultados, acho que nós devíamos olhar para elas.

**T. Para terminar, A UAL é uma instituição conhecida como sendo pouco prestigiada (o que se torna prejudicial aos alunos), já que muitas vezes implica a obtenção de um bom emprego. Não quer comentar ?**

R. - Eu nunca vi isso escrito em lado nenhum. Digo-lhe o seguinte, pode haver vários sectores que sejam mais fracos, mas há outros sectores que são muitíssimo bons e que estão muito bem cotados nacionalmente.

**T. - Então quem sai daqui, sai bem ?**

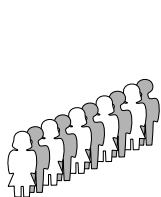
R. - Quem sai daqui sai bem. E há investigação de alta qualidade nesta Universidade. Portanto, quando há investigação de alta qualidade, a cotação sobe imediatamente.

**T. - No Senado, órgão básico de representação de uma Universidade, são debatidos vários temas. Já pensou transmitir os temas debatidos ao Ministro, com o intuito de haver diálogo sobre a matéria ?**

R. - Eu acho que os temas que devem ser debatidos e discutidos no Ministério, são os temas que implicam o desenvolvimento da Universidade, não o seu funcionamento. E a maioria esmagadora dos trabalhos do Senado têm a ver com o seu funcionamento. Tem a ver com a criação de qualquer tipo de cursos, não é. Aqueles assuntos são obrigatórios. Os relatórios de execução financeira, o plano de orçamentos, o plano de actividades - tudo isto é no Senado. Não é isso que tem que ser debatido com o Ministério. Tem que ser temas essenciais e isso eu tenho falado.

Eu, na última vez que estive - e foi há cerca de 15 dias - com o Secretário de Estado do Ensino Superior, foquei exactamente que ia fazer um relatório em que faço um resumo do relatório, desde o início da Universidade até Agosto de 93. Os relatórios existem até aí, mas vou fazer uma suma dos relatórios até aí. Faço um relatório de 93 até fins de 94 e vou fazer um

plano de desenvolvimento. Além disso, vou apresentar um documento sobre a necessidade de regulamentar situações, como a que se vive na Universidade do Algarve, que é ter um ensino politécnico e um ensino universitário na mesma instituição. Portanto, isso tudo está pensado. É uma consequência dos problemas daquilo que foi discutido no Senado e não só no Senado. Há muita outra coisa que não é discutida no Senado, que tem também tanta importância ou mais, para ser discutida no Ministério.



## CURSOS AO MINISTÉRIO

**T. - Porque é que muitos cursos, via ensino que aqui temos, não servem ou não podem dar aulas ?**

R. - Isso não é verdade. Todos os cursos de ensino podem dar aulas, com exclusão do de Informática, porque o Grupo de Informática não está criado no ensino secundário. Incrível nos tempos de hoje, mas é verdade. Portanto, a licenciatura de Informática, ramo de ensino, está nas mesmas condições que todas

as outras licenciaturas de Informática.

Agora, todos os cursos de ensino tem Habilitação Profissional, que é mais que Própria. Há três classes: Habilitação Profissional, Própria e Suficiente, com exclusão do de Informática de ensino, todos os cursos de ensino da Universidade são profissionais. A grande maioria tem Habilitação Própria, alguns Suficiente e ficaram de fora os restantes, porque não têm equivalentes, aquele célebre tipo despacho normativo.

**T. - Mas é acusado de ter mandado para o Ministério, apenas nomes de cursos. Isso prejudica os estudantes. Como se defende ?**

R. - Nós só mandamos os cursos que não estavam incluídos no despacho de 84, se não estou em erro. O Estado utilizou o despacho de 84, não foi preciso mandar outra vez. Este despacho normativo é um acrescento ao anterior e nós mandamos os cursos que deviam ser adicionados. Alguns foram, mas nem todos.

**T. - Uma última pergunta. O conhecimento adquirido a nível do ensino superior, corresponde às necessidades do momento ?**

R. - Eu acho que corresponde sempre, porque a tendência a nível mundial e sobretudo nos países mais desenvolvidos e mais evoluídos, é o aumento da percentagem da população com formação superior. Isso por si, cria, automaticamente, um desenvolvimento do país. Mesmo que nem todos tenham um emprego a condizer com a sua formação. Se a formação for, ou gratuita (o mesmo caso de há pouco) ou então muito barata, fez com que haja mais pessoas licenciadas que sejam mais bem aceites em determinados lugares, mesmo que não correspondam exactamente ao de licenciado. É conveniente que se aumente o número de licenciados.

Nós estamos, como de costume, na cauda da Europa - talvez tenhamos a Grécia atrás - em número de licenciados por percentagem. Mas, por outro lado, há certos cursos que obviamente têm saídas profissionais muito mais fáceis, lá isso há.

**T. - Mas acha que corresponde às necessidades do momento ou não ?**

R. - Em grande parte dos casos corresponde. Por exemplo há dois cursos informáticos, os cursos de electrotecnia, biotecnologia, neste momento também têm muita saída. Todos esses cursos correspondem às necessidades. Tem havido um certo cuidado, em que os cursos actuais, e nós copiamos mais ou menos o que as outras universidades fazem e que sabemos das experiências que os outros têm, e sabemos que qualidade e o que é que faz um curso ser mais procurado que outro. Então o nosso objectivo é que esse curso tenha essas qualidades e é a isso que temos que estar muito atentos. Porque senão, ficamos com cursos com menos procura e a Universidade automaticamente começa a ser qualificada como menos interessante e menos procurada.

Alte da Veiga referiu ainda que, neste momento, está-se num processo de evolução na Universidade muito grande. Evolução na progressão das carreiras dos docentes e na promoção de formação dos funcionários. Daí que, tem-se gasto muito dinheiro, mas considera que é dinheiro bem gasto na formação do pessoal. O nosso reitor considera que para um bom funcionamento de uma universidade é necessário um forte apoio de funcionários.

Várias são as propostas do nosso reitor, resta-nos esperar pelos resultados.  
(assados nove meses continuamos à espera...)



1995 ©